

Equatorial Transmissora 3 SPE S.A.

Demonstrações contábeis em

31 de dezembro de 2024

Equatorial Transmissora 3 SPE S.A.

Demonstrações contábeis

Índice

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	01
BALANÇO PATRIMONIAL	06
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	07
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE	08
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	09
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA – MÉTODO INDIRETO	10
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	11

Notas Explicativas

1	CONTEXTO OPERACIONAL	12
2	BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	13
3	POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS	15
4	ASSUNTOS REGULATÓRIOS	24
5	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	25
6	APLICAÇÕES FINANCEIRAS	25
7	PARTES RELACIONADAS	26
8	ATIVOS DE CONTRATO	28
9	FORNECEDORES	28
10	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	29
11	DEBÊNTURES	30
12	IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTES E DIFERIDOS	31
13	PIS E COFINS DIFERIDOS	32
14	DIVIDENDOS A PAGAR	33
15	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	34
16	RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	35
17	CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS E DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS	36
18	RESULTADO FINANCEIRO	36
19	INSTRUMENTOS FINANCEIROS	36
20	DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	43
21	EVENTOS SUBSEQUENTES	43



**Shape the future
with confidence**

Centro Empresarial Iguatemi
Av. Washington Soares, 55
5º andar - sala 506 a 509 - Bairro Cocó
60811-341 - Fortaleza - CE - Brasil
Tel: +55 85 3392-5600
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Ao Conselho de Administração e Diretoria da
Equatorial Transmissora 3 SPE S.A.
Brasília - Distrito Federal

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Equatorial Transmissora 3 SPE S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações contábeis. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar o assunto abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações contábeis da Companhia.



**Shape the future
with confidence**

Mensuração de ativos contratuais de transmissão

Conforme divulgado na nota explicativa 3.2, a Companhia avalia que mesmo após a conclusão da fase de construção da infraestrutura de transmissão segue existindo um ativo de contrato pela contrapartida da receita de construção, uma vez que é necessária a satisfação da obrigação de operar e manter, para que a Companhia passe a ter um direito incondicional de receber caixa. Em 31 de dezembro de 2024, o saldo de ativos contratuais é de R\$ 1.345.983 mil.

O reconhecimento do ativo de contrato e da receita de contrato com cliente, de acordo com o CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente requer o exercício de julgamento significativo sobre o momento em que o cliente obtém o controle do ativo. Adicionalmente, a mensuração do progresso da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de performance satisfeita ao longo do tempo requer também o uso de estimativas e julgamentos significativos pela administração para estimar os esforços ou insumos necessários para o cumprimento da obrigação de performance, tais como materiais e mão de obra, margens de lucros esperada em cada obrigação de performance identificada e as projeções das receitas esperadas.

Ainda, por se tratar de um contrato de longo prazo, a identificação da taxa de desconto, que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimento futuro, também requer o uso de julgamento por parte da administração. Devido à relevância dos valores e do julgamento significativo envolvido, consideramos a mensuração de ativos contratuais das concessões e da receita de contrato com clientes como um assunto significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: (i) o entendimento do processo da Companhia relacionado aos cálculos do ativo de contrato de concessão; (ii) avaliação dos procedimentos internos relativos aos gastos realizados para execução do contrato; (iii) análise da determinação de margem nos projetos em construção, relacionado aos novos contratos de concessão, e aos projetos de reforços e melhorias das instalações de transmissão de energia já existentes, verificando a metodologia e as premissas adotadas pela Companhia, para estimar o custo total de construção, e o valor presente dos fluxos de recebimento futuro, descontado a taxa de juros implícita que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimentos; (iv) avaliação das variações entre o orçamento inicial e orçamento atualizado das obras em andamento, e as justificativas apresentadas pela gestão da obra para os desvios; (v) leitura dos contratos de concessão e seus aditivos para identificação das obrigações de performance previstas contratualmente, além de aspectos relacionados aos componentes variáveis aplicáveis ao preço do contrato; (vi) revisão dos fluxos de caixa projetados, das premissas relevantes utilizadas nas projeções de custos e na definição da taxa implícita de desconto utilizada no modelo com o auxílio de profissionais especializados em avaliação de Empresas; (vii) análise de eventual risco de penalizações por atrasos na construção ou indisponibilidade; (viii) análise da eventual existência de contrato oneroso; (ix) análises das comunicações com órgãos reguladores relacionadas à atividade de transmissão de energia elétrica e de mercado de valores mobiliários; e (x) revisão das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações contábeis.



**Shape the future
with confidence**

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a mensuração do ativo da concessão da Companhia, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios e premissas de determinação da receita de construção e do ativo de contrato adotados pela administração, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 8, são aceitáveis, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaborada sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentada como informação suplementar, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.



**Shape the future
with confidence**

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.



**Shape the future
with confidence**

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aquele que foi considerado como mais significativo na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constitui o principal assunto de auditoria. Descrevemos esse assunto em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Fortaleza (CE), 26 de março de 2025.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC CE-001042/F

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Thiago Alexandre de Souza Silva', written over a faint grid pattern.

Thiago Alexandre de Souza Silva
Contador CRC PE-021265/O

Equatorial Transmissora 3 SPE S.A.

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

Ativo	Notas	2024	2023	Passivo	Notas	2024	2023
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	32.137	205	Fornecedores	9	6.401	6.331
Aplicações financeiras	6	45.815	62.943	Empréstimos e financiamentos	10	21.752	20.867
Contas a receber de clientes		22.488	19.565	Debêntures	11	13.261	14.058
Serviços pedidos		1.112	762	Dividendos a pagar	14	7.216	7.115
Impostos e contribuições a recuperar		176	176	Impostos e contribuições a recolher		1.424	1.387
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar		6.325	6.475	Impostos e contribuições sobre lucro a recolher		4.941	4.695
Adiantamento a fornecedores		6.381	2.793	PIS e COFINS diferidos	13	5.616	6.127
Outras contas a receber		662	513	Encargos setoriais		1.687	1.348
Ativos de contrato	8	164.643	178.467	Outras contas a pagar		8.132	4.254
Total do ativo circulante		279.739	271.899	Total do passivo circulante		70.430	66.182
Não circulante				Não circulante			
Aplicações financeiras	6	15.209	14.031	Empréstimos e financiamentos	10	366.891	387.565
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar		3	-	Debêntures	11	91.153	97.147
Intangível		569	595	PIS e COFINS diferidos	13	118.887	135.823
Ativos de contrato	8	1.181.340	1.129.964	Imposto de renda e contribuições sociais diferido	12	213.443	186.291
Total do ativo não circulante		1.197.121	1.144.590	Total do passivo não circulante		790.374	806.826
				Patrimônio líquido			
				Capital social	15.1	118.770	118.770
				Reserva de lucros	15.2	497.286	424.711
				Total do patrimônio líquido		616.056	543.481
Total do ativo		1.476.860	1.416.489	Total do passivo e patrimônio líquido		1.476.860	1.416.489

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Equatorial Transmissora 3 SPE S.A.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

	Notas	2024	2023
Receita de implementação de infraestrutura, operação, manutenção e outras, líquidas	16	8.944	2.974
Receita de remuneração de ativos de contrato, líquida	16	186.772	165.302
Receita operacional líquida		195.716	168.276
Custo dos serviços prestados	17	(8.272)	(4.349)
Lucro bruto		187.444	163.927
Despesas gerais e administrativas	17	(1.744)	(1.436)
Outras despesas operacionais, líquidas		(468)	(50)
Total de despesas operacionais		(2.212)	(1.486)
Resultado antes do resultado financeiro e impostos sobre o lucro		185.232	162.441
Receitas financeiras	18	10.567	9.325
Despesas financeiras	18	(44.809)	(47.257)
Resultado financeiro		(34.242)	(37.932)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		150.990	124.509
Imposto de renda e contribuição social - correntes	12	(4.941)	(4.706)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	12	(27.152)	(18.805)
Impostos sobre o lucro		(32.093)	(23.511)
Lucro líquido do exercício		118.897	100.998

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Equatorial Transmissora 3 SPE S.A.

Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	118.897	100.998
Outros resultados abrangentes, líquido de impostos	-	-
Total resultados abrangentes	118.897	100.998

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Equatorial Transmissora 3 SPE S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

Notas	Capital social	Reservas de lucros					Lucros acumulados	Total
		Reserva legal	Reserva de lucros a realizar	Incentivos fiscais	Reserva para investimento e expansão	Dividendos adicionais propostos		
Saldos em 31 de dezembro de 2022	118.770	17.825	252.021	14.693	79.464	2.013	-	484.786
Lucro do exercício	-	-	-	-	-	-	100.998	100.998
Reserva legal	-	4.120	-	-	-	-	(4.120)	-
Reserva de incentivos fiscais	-	-	-	18.589	-	-	(18.589)	-
Realização da reserva de lucros a realizar	-	-	(6.332)	-	-	-	-	(6.332)
Constituição de reserva para investimento e expansão	-	-	-	-	10.725	-	(10.725)	-
Dividendos intermediários distribuídos	-	-	-	-	(5.500)	-	(27.675)	(33.175)
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	-	(783)	(783)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	-	39.106	(39.106)	-
Dividendos adicionais de 2022	-	-	-	-	-	(2.013)	-	(2.013)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	118.770	21.945	245.689	33.282	84.689	39.106	-	543.481
Lucro do exercício	-	-	-	-	-	-	118.897	118.897
Destinação do lucro								
Reserva legal 15.2 b)	-	997	-	-	-	-	(997)	-
Reserva de incentivos fiscais 15.2 a)	-	-	-	19.149	-	-	(19.149)	-
Realização da reserva de lucros a realizar 15.2 c)	-	-	(6.228)	-	-	-	-	(6.228)
Constituição de reserva de investimento e expansão 15.2 d)	-	-	-	-	29.625	-	(29.625)	-
Dividendos mínimos obrigatórios 14	-	-	-	-	-	-	(988)	(988)
Dividendos adicionais propostos 15.2 e)	-	-	-	-	-	68.138	(68.138)	-
Dividendos adicionais de 2023 14	-	-	-	-	-	(39.106)	-	(39.106)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	118.770	22.942	239.461	52.431	114.314	68.138	-	616.056

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Equatorial Transmissora 3 SPE S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa - método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

	2024	2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	118.897	100.998
Ajuste para:		
Amortização	26	26
Remuneração de ativos de contrato	(184.202)	(190.135)
Encargos de dívidas, juros e variações monetárias líquidas	36.451	40.431
Rendimentos de aplicações financeiras	(10.681)	(9.779)
PIS e COFINS diferidos	(17.447)	11.788
Imposto de renda e contribuição social (corrente)	4.941	4.706
Imposto de renda e contribuição social (diferidos)	27.152	18.805
	<u>(24.863)</u>	<u>(23.160)</u>
Variações nos ativos e passivos, circulantes e não circulantes:		
Contas a receber de clientes	143.727	145.498
Impostos e contribuições a recuperar	-	17
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar	(51)	(2.152)
Adiantamento a fornecedores	(3.588)	390
Outros ativos circulantes	(499)	413
Fornecedores	70	(469)
Impostos e contribuições a recolher	37	32
Impostos e contribuições sobre lucro a recolher	(1)	(18)
Encargos setoriais	339	564
Outras contas a pagar	3.878	2.056
Caixa proveniente das atividades operacionais	<u>119.049</u>	<u>123.171</u>
Rendimentos de aplicações financeiras	10.681	9.779
Juros pagos de empréstimos e financiamentos e debêntures	(31.276)	(38.294)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(4.496)	-
	<u>(25.091)</u>	<u>(28.515)</u>
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais	<u>93.958</u>	<u>94.656</u>
Fluxo de caixa de atividades de investimento		
Aplicação financeira	15.950	(14.812)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	<u>15.950</u>	<u>(14.812)</u>
Fluxo de caixa de atividades de financiamento		
Amortização de empréstimos e financiamentos	(19.515)	(33.826)
Amortização de debêntures	(12.240)	(6.164)
Dividendos pagos	(46.221)	(39.835)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento	<u>(77.976)</u>	<u>(79.825)</u>
Aumento em caixa e equivalentes de caixa	<u>31.932</u>	<u>19</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	205	186
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<u>32.137</u>	<u>205</u>
Aumento em caixa e equivalentes de caixa	<u>31.932</u>	<u>19</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Equatorial Transmissora 3 SPE S.A.

Demonstração do valor adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

	2024	2023
Receitas		
Receita de remuneração de ativos de contrato	184.202	190.135
Receita de operação e manutenção	11.942	5.263
	<u>196.144</u>	<u>195.398</u>
Insumos adquiridos de terceiros (inclui ICMS e IPI)		
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(6.750)	(3.096)
	<u>(6.750)</u>	<u>(3.096)</u>
Valor adicionado bruto	<u>189.394</u>	<u>192.302</u>
Amortização	(26)	(26)
Valor adicionado líquido gerado pela Companhia	<u>189.368</u>	<u>192.276</u>
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	11.071	9.781
	<u>11.071</u>	<u>9.781</u>
Valor adicionado total a distribuir	<u>200.439</u>	<u>202.057</u>
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Remuneração direta	3.558	2.597
Benefícios	33	33
FGTS	19	12
	<u>3.610</u>	<u>2.642</u>
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	33.094	51.131
	<u>33.094</u>	<u>51.131</u>
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	36.679	39.016
Aluguéis	29	29
Outros	8.130	8.241
	<u>44.838</u>	<u>47.286</u>
Remuneração de capitais próprios		
Dividendos	69.126	67.564
Lucros retidos	49.771	33.434
	<u>118.897</u>	<u>100.998</u>
Valor adicionado	<u>200.439</u>	<u>202.057</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Equatorial Transmissora 3 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

1 Contexto operacional

A Equatorial Transmissora 3 SPE S.A. (“Companhia”), sociedade de propósito específico, anônima de capital fechado, constituída em 17 de novembro de 2016, controlada pela Equatorial Transmissão S.A. tendo por controladora final a Equatorial S.A, domiciliada no Brasil, na Cidade de Brasília, Distrito Federal, no ST SCS - B, Quadra nº 09, Bloco A, Sala 1201, Parte 3, Centro Empresarial Parque Cidade, Asa Sul, CEP 70.308-200. A Companhia tem por objetivo explorar e operar a concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica para construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão, de acordo com o Edital do Leilão nº 13/2015 da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), 2ª Etapa-Republicação, consistente na Linha de Transmissão Buritirama - Queimada Nova II, em 500^(*) kV, segundo circuito, circuito simples, com extensão aproximada de 380^(*) km, com origem na subestação Buritirama e término na subestação Queimada Nova II.

(*) Não auditado.

1.1 Contrato de concessão

O Contrato de Concessão nº 10/2017 assinados entre a ANEEL e a Companhia em 10 de fevereiro de 2017, estabelecem regras a respeito de tarifa, regularidade, continuidade, segurança, atualidade e qualidade dos serviços e do atendimento prestado aos consumidores. O contrato de concessão também estabelece como obrigações de desempenho a construção, manutenção e operação da infraestrutura de transmissão. O prazo de concessão são 30 (trinta) anos, com vencimento em 10 de fevereiro de 2047, podendo ser renovado por igual exercício, a critério exclusivo do poder concedente.

A Companhia está autorizada a operar por meio da Licença de Operação nº 1605/2021, com validade até 11 de dezembro de 2030, tendo sua renovação requerida num prazo mínimo de 120 (cento e vinte) dias, antes do término da sua validade.

1.2 Reforma tributária sobre o consumo

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional nº 132/2023, que instituiu a reforma tributária do consumo no Brasil. A reforma substitui os tributos PIS, COFINS, IPI, ICMS e ISS por um modelo de Imposto sobre Valor Adicionado (IVA) dual, composto pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), de competência federal, e pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), de competência estadual e municipal.

Em 16 de janeiro de 2025, foi publicada a Lei Complementar nº 214/2025, estabelecendo as diretrizes iniciais para a implementação da reforma tributária. No entanto, aspectos operacionais e detalhes específicos ainda dependem de regulamentação complementar.

Dessa forma, até 31 de dezembro de 2024, não há impactos da reforma tributária nas demonstrações contábeis da Companhia. A administração segue acompanhando a evolução da regulamentação e avaliará os efeitos à medida que novas definições forem estabelecidas.

Equatorial Transmissora 3 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

2 Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas nos Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e concluiu que possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza que possa gerar dúvidas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

As demonstrações contábeis apresentam informações comparativas em relação ao exercício anterior. Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações contábeis. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão dessas demonstrações contábeis foi autorizada pela Administração em 26 de março de 2025.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis da Companhia foram preparadas com base no custo histórico e ajustadas para refletir (i) o valor justo de instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos; e (ii) perdas pela redução ao valor recuperável (“*impairment*”) de ativos.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis da Companhia são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

2.4.1 Julgamentos e estimativas

Na preparação das demonstrações contábeis, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas para determinadas operações que refletem no reconhecimento e mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes. As estimativas e premissas são baseadas no histórico e outros fatores considerados relevantes, sendo revisadas de forma contínua pela Administração e os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, não há estimativas contábeis que requerem nível de julgamento elevado. As estimativas e julgamentos significativos utilizados pela companhia na preparação destas demonstrações contábeis estão incluídos nas seguintes notas explicativas:

Equatorial Transmissora 3 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

Tópicos	Notas explicativas	Descrição
Ativos de contrato	3.2 e 8	- Julgamento sobre aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão; e - Estimativa sobre taxa aplicada para precificar os ativos de contrato.
Imposto de renda e contribuições sociais diferidos	3.5.2 e 12	Estimativas das diferenças temporárias
Receita operacional líquida	3.1 e 16	Julgamento sobre determinação e classificação de receitas por obrigação de <i>performance</i> , entre receita de implementação da infraestrutura, receita de remuneração dos ativos de contrato e receita de operação e manutenção.
Instrumentos financeiros	3.7 e 19	Julgamento de definição do método de avaliação de valor justo dos instrumentos financeiros

2.4.2 Mensuração do valor justo

A Companhia mensura instrumentos financeiros e ativos não financeiros ao valor justo, ou seja, ao preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá:

- No mercado principal para o ativo ou passivo; e
- Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Companhia.

A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de nível 3.

A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos das normas CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Os ativos e passivos cujos valores justos são mensurados e divulgados nas demonstrações contábeis são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos aos que a Companhia possa ter acesso na data de mensuração;
- **Nível 2:** técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; e
- **Nível 3:** técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações contábeis em que ocorreram as mudanças, quando aplicável.

Na determinação do valor justo, foi considerado o impacto de possíveis assuntos relacionados às mudanças climáticas, incluindo legislações, que podem afetar a mensuração do valor justo de ativos e passivos das demonstrações contábeis. Atualmente, o impacto dos assuntos associados às mudanças climáticas não é material para as demonstrações contábeis da Companhia.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na nota explicativa nº 19 – Instrumentos Financeiros.

Equatorial Transmissora 3 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

3 Políticas contábeis materiais

A Companhia aplicou as políticas contábeis materiais descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis exceto pelas novas normas incluídas na nota explicativa nº 3.10.2 Novas normas, alterações e interpretações ainda não vigentes.

3.1 Reconhecimento da receita

A Companhia reconhece as receitas, de acordo com o que estabelece o CPC 47 (IFRS 15) – Receita de Contrato com Cliente, à medida que satisfaz a obrigação de *performance* ao transferir bens e serviços ao cliente. A receita é reconhecida à medida que o cliente obtém o controle do serviço de energia elétrica contratado, ou seja, quando consome a energia.

As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos:

(a) Receita de implementação e melhoria de infraestrutura

As receitas de infraestrutura (que são os serviços de implementação e reforço das instalações de transmissão de energia elétrica), são reconhecidas ao longo do tempo aplicando-se a margem, definida no início do contrato, sobre os gastos incorridos, sendo revisada prospectivamente ao longo da construção/melhoria da infraestrutura.

(b) Receita de operação e manutenção (O&M)

A receita de O&M é a contraprestação pelas obrigações de *performance* de operação e manutenção previstas em contrato de concessão. Tais montantes são calculados com base nos custos incorridos, acrescidos da margem projetada definida nas projeções iniciais do projeto. O reconhecimento das receitas de O&M iniciam após o término da fase de construção.

(c) Remuneração dos ativos da concessão

Para o reconhecimento da receita de remuneração sobre os ativos de contrato, registra-se uma receita de remuneração financeira pelo método linear, sob a rubrica remuneração dos ativos de contrato, utilizando a taxa de desconto definida no início de cada projeto. Essa atualização mensal deve remunerar a infraestrutura e a indenização que a Companhia espera receber do Poder Concedente no final da concessão. O valor indenizável é considerado pela Companhia como o valor residual contábil no término da concessão.

3.2 Ativos de contrato

O Serviço público de transmissão de energia elétrica é regulado por meio de contrato de concessão firmado entre a União (Poder Concedente – Outorgante) e a Companhia, a qual compete transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição.

O contrato de concessão determina que a Companhia realize a construção de uma infraestrutura de transmissão ou investimento em sua melhoria.

A Companhia mantém sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários à medida que as obrigações de desempenho são cumpridas, em contrapartida, recebe a título de contraprestação Receita Anual Permitida (RAP), após o término da fase de construção da infraestrutura, até o final da vigência do contrato.

Equatorial Transmissora 3 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

Os investimentos realizados na infraestrutura de transmissão são amortizados à medida que os recebimentos ocorrem. Eventuais investimentos não realizados geram direito de indenização pelo poder Concedente (quando previsto em contrato) que, no final da concessão, receberá toda a infraestrutura de transmissão.

A extinção da concessão implicará a reversão ao poder concedente dos bens vinculados ao serviço.

Duas obrigações de *performance* estão contempladas na relação contratual da Companhia com o Outorgante, a saber: (i) Implementação e melhoria de infraestrutura; e (ii) operação e manutenção (O&M).

À medida que as obrigações de *performance* são cumpridas, a receita é reconhecida contra um ativo de contrato, até a devida homologação pela ANEEL. Após emissão do aviso de crédito (AVC), que é o documento de faturamento da RAP emitido pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), momento em que a Companhia obtém o direito incondicional de caixa, os valores são classificados como ativo financeiro.

A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos das concessões com base nas características econômicas de cada contrato de concessão. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto. O ativo contratual é registrado em contrapartida a receita de infraestrutura, que é reconhecida na proporção dos gastos incorridos. A parcela do ativo contratual indenizável, existente em algumas modalidades de contrato, é identificada quando a implementação da infraestrutura é finalizada.

A margem de lucro para implementação da infraestrutura é determinada em função das características e complexidade dos projetos, bem como da situação macroeconômica nos quais os mesmos são estabelecidos, e consideram a ponderação dos fluxos estimados de recebimentos de caixa em relação aos fluxos estimados de custos esperados para os investimentos de implementação da infraestrutura. As margens de lucro são revisadas anualmente, na entrada em operação do projeto e/ou quando ocorrer indícios de variações relevantes na evolução da obra.

A margem de lucro para atividade de operação e manutenção da infraestrutura de transmissão é determinada em função da observação de receita individual aplicados em circunstâncias similares observáveis, nos casos em que a Companhia tem direito exclusivamente, ou seja, de forma separada, à remuneração pela atividade de operar e manter, conforme CPC 47 – Receita de Contrato com o Cliente e os custos incorridos para a prestação de serviços da atividade de operação e manutenção.

Com objetivo de segregar o componente de financiamento existente na operação de implementação de infraestrutura, a Companhia estima a taxa de desconto que seria refletida em transação de financiamento separada entre a entidade e seu cliente no início do contrato.

A taxa aplicada ao ativo contratual reflete a taxa implícita do fluxo financeiro de cada empreendimento/projeto e considera a estimativa da Companhia para precificar o componente financeiro estabelecido no início de cada contrato de concessão, em função das características macroeconômicas alinhadas a metodologia do Poder Concedente e a estrutura de custo capital individual dos projetos.

Estas taxas são estabelecidas na data do início de cada contrato de concessão ou projetos de melhoria e reforços, e se mantêm inalteradas ao longo da concessão. Quando o Poder Concedente revisa ou atualiza a receita que a Companhia tem direito a receber, o valor contábil do ativo contratual é ajustado para refletir os fluxos revisados, sendo o ajuste reconhecido como receita ou despesa imediatamente no resultado do exercício.

Equatorial Transmissora 3 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

Para a atividade de implementação da infraestrutura, é reconhecida a receita de infraestrutura pelo valor justo e os respectivos custos relativos aos serviços de implementação da infraestrutura à medida que são incorridos, adicionados da margem estimada para cada empreendimento/projeto, considerando a estimativa da contraprestação com parcela variável.

A parcela variável por indisponibilidade (PVI) é estimada com base na série histórica de ocorrências. Em função da dificuldade de previsão antes da entrada em operação de cada projeto, a parcela variável por entrada em operação (PVA) e a parcela variável por restrição operativa (PVRO) são consideradas, quando aplicável, nos fluxos de recebimento quando a Companhia avalia que a sua ocorrência é provável.

Para a atividade de operação e manutenção, é reconhecida a receita pelo preço justo preestabelecido, que considera a margem de lucro estimada, à medida que os serviços são prestados.

3.3 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa.

3.4 Subvenções e assistências governamentais

Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas.

Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar.

Quando o benefício se referir a um ativo, é reconhecido como receita diferida e lançado no resultado em valores iguais ao longo da vida útil esperada do correspondente ativo.

Quando a Companhia receber benefícios não monetários, o bem e o benefício são registrados pelo valor nominal e refletidos na demonstração do resultado ao longo da vida útil esperada do bem, em prestações anuais iguais.

3.4.1 Benefícios fiscais

SUDENE

Em 19 de outubro de 2021 a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) emitiu o Laudo Constitutivo nº 146/2021, que outorga a à Equatorial Transmissora 3 SPE S.A, a redução de 75% do imposto de renda de pessoa jurídica (IRPJ), sob a justificativa de implantação de linhas de transmissão, com prazo de vigência de 2022 a 2031.

3.5 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. Quando aplicável, há compensação de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

Equatorial Transmissora 3 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

Conforme orientações do ICPC 22 – Tributos sobre o lucro, a Companhia avalia a probabilidade de aceitação de tratamentos tributários incertos. Se concluído que a posição não será aceita, o efeito da incerteza será refletido no resultado do exercício. Em 31 de dezembro de 2024, no que diz respeito às incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro, a Companhia efetuou as avaliações e concluiu que é mais provável do que não que os tratamentos sejam aceitos pela autoridade fiscal.

3.5.1 Imposto de renda e contribuição social corrente

O imposto de renda e a contribuição social corrente são calculados sobre o lucro tributável ou prejuízo fiscal do exercício acrescidos de eventuais ajustes de exercícios anteriores. O montante dos tributos corrente a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo considerando a melhor estimativa quanto ao valor esperado a recolher ou a recuperar. A mensuração é realizada com base nas alíquotas vigentes na data do balanço.

A Companhia compensa os ativos e passivos fiscais correntes se:

- Tiver o direito legalmente executável para compensar os valores reconhecidos; e
- Pretender liquidar o passivo e realizar o ativo simultaneamente.

Conforme orientações do ICPC 22 – Tributos sobre o Lucro e do CPC 32 (IAS 12) – Tributos sobre o Lucro, a Companhia avalia a probabilidade de aceitação de tratamentos tributários incertos. Se concluído que a posição não é aceita, o efeito da incerteza será refletido no resultado do exercício.

3.5.2 Imposto de renda e contribuição social diferido

Os tributos diferidos ativos e passivos são reconhecidos sobre os saldos acumulados de prejuízos fiscais, bases negativas e sobre as provisões para participação nos lucros entre os valores contábeis constantes nas demonstrações contábeis e os montantes apurados conforme os critérios fiscais previstos na legislação tributária.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis, na medida em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis contra os quais serão realizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, as reversões dessas diferenças serão limitadas aos lucros tributáveis futuros projetados conforme os planos de negócios da Companhia.

O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado. Ativos fiscais diferidos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos fiscais diferidos sejam recuperados.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas taxas vigentes na data do balanço.

3.6 PIS e COFINS diferidos

Sobre as receitas auferidas durante a fase de construção e sobre remuneração dos ativos de contrato há o diferimento da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e o Programa de Integração Social (PIS), considerando as alíquotas de 1,65% e 7,6% respectivamente. A realização dos referidos tributos diferidos ocorre a medida em que a Companhia recebe as contraprestações determinadas no contrato de concessão por meio da RAP após a entrada em operação.

Equatorial Transmissora 3 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

3.7 Instrumentos financeiros

3.7.1 Ativos financeiros

(a) Ativos financeiros – reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

As contas a receber de clientes são reconhecidas inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, conforme orientações do CPC 48 - Instrumentos Financeiros. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros e, neste caso, todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes (ORA). Essa escolha é feita para cada investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Equatorial Transmissora 3 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

(b) Ativos financeiros - avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

(c) Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na *performance* de um ativo).

Equatorial Transmissora 3 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente, o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

(d) Ativos financeiros - mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR .Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*.
A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado.
Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Instrumentos de dívida a VJORA Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.

Instrumentos patrimoniais a VJORA Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

3.7.2 Passivos financeiros – classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de *hedge* em um *hedge* efetivo, conforme apropriado.

Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

Os passivos financeiros da Companhia incluem fornecedores, outras contas a pagar e empréstimos e financiamentos.

A Companhia classifica passivos financeiros que surgem de acordos de financiamento (risco sacado, forfait etc.) com fornecedores em Fornecedores no balanço patrimonial se eles tiverem natureza e função semelhantes às contas a pagar. Esse é o caso se o acordo de financiamento com fornecedores fizer parte do capital de giro usado no ciclo operacional normal da Companhia, o nível de segurança fornecido for semelhante às contas a pagar e os termos dos passivos que fazem parte do acordo de financiamento da cadeia de suprimentos não forem substancialmente diferentes dos termos das contas a pagar que não fazem parte do acordo. Os fluxos de caixa relacionados a passivos decorrentes de acordos de financiamento com fornecedores que são classificados em Fornecedores.

A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Equatorial Transmissora 3 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

3.7.3 Desreconhecimento

(a) Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

(b) Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

3.7.4 Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.8 Capital social

3.8.1 Ações ordinárias

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido, em conformidade com as orientações do CPC 39 (IAS 32) - Instrumentos Financeiros. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no patrimônio líquido com a dedução do valor captado, líquida de impostos. Essa prática garante que o valor líquido recebido pela emissão de ações seja apresentado de forma clara e precisa.

3.9 Distribuição de dividendos

A política de reconhecimento contábil de dividendos está em consonância com as normas previstas no CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e ICPC 08 (R1) - Contabilização da Proposta de Pagamento de Dividendos, as quais determinam que os dividendos propostos a serem pagos e que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante.

O estatuto social da Companhia determina a distribuição de dividendo mínimo obrigatório de 1% (um por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do inciso I do artigo 202 da lei nº. 6.404/76. Os dividendos a pagar foram destacados na conta de reserva de lucros a realizar no patrimônio líquido no encerramento do exercício.

Equatorial Transmissora 3 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

Dividendo adicional ao mínimo obrigatório por lei, contido em proposta da administração efetuada antes da data do balanço patrimonial deve ser mantido no patrimônio líquido em conta específica chamada de “Dividendo adicional proposto”. Caso a proposição seja realizada após a data do balanço e antes da data de emissão das demonstrações contábeis, tal fato deve ser mencionado no tópico de eventos subsequentes.

3.10 Principais mudanças nas políticas contábeis

3.10.1 Alterações em pronunciamentos contábeis com vigência a partir de 2024:

Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) que são aderentes e relevantes ao contexto operacional e financeiro da Companhia e com vigência a partir de 2024 são os seguintes:

Norma	Descrição da alteração	Vigência
CPC 26 (R1) / IAS 1: Apresentação das Demonstrações Contábeis	Classificação e divulgação de um passivo com cláusulas de covenants como circulante ou não circulante, onde o passivo deve ser classificado como circulante quando a entidade não tem o direito no final do período de reporte de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos doze meses após o período de reporte. Adicionalmente, apenas covenants cujo cumprimento é obrigatório antes do, ou, no final do período de reporte devem afetar a classificação de um passivo como circulante ou não circulante.	01/01/2024
CPC 06 (R2) / IFRS 16: Arrendamentos	Especificam que o vendedor-arrendatário deve mensurar subsequentemente o passivo de arrendamento derivado da transferência de ativo - que atende aos requisitos para ser reconhecida como receita de venda - e retro arrendamento (<i>Sale and Leaseback</i>) de forma que não seja reconhecido ganho ou perda referente ao direito de uso retido na transação.	01/01/2024
CPC 3 (R2) / IAS 7: Demonstração dos Fluxos de Caixa	Divulgação de operações de risco sacado que envolvem as entidades e seus fornecedores. Os novos requisitos de divulgação visam auxiliar os usuários das demonstrações contábeis a compreenderem os efeitos dos acordos de financiamento de fornecedores sobre os passivos, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade.	01/01/2024
Resolução CVM nº 199/ CPC 9 (R1): Demonstração do Valor Adicionado.	A Resolução CVM nº 199, esclarece determinados critérios para elaboração e apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), cujo objetivo principal é elucidar requisitos normativos e, por consequência, reduzir a abrangência de práticas contábeis adotadas na elaboração da DVA pelas companhias brasileiras.	01/01/2024

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia avaliou os normativos acima e não identificou impactos significativos em suas demonstrações contábeis.

Equatorial Transmissora 3 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

3.10.2 Alterações em pronunciamentos contábeis com vigência a partir de 2025:

Norma	Descrição da alteração	Vigência
Resolução CVM nº 223 / OCPC 10: Créditos de Carbono (tCO ₂ e), Permissões de emissão (<i>allowances</i>) e Crédito de Descarbonização (CBIO).	Estabelecer os requisitos para o reconhecimento, mensuração e divulgação de créditos de carbono (tCO ₂ e), permissões de emissão (<i>allowances</i>) e créditos de descarbonização (CBIO) das entidades atuantes no mercado de capitais brasileiro. Consequentemente, visa reduzir a diversidade de práticas contábeis adotadas nas demonstrações contábeis.	01/01/2025
CPC 02 / IAS 21: Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis	As alterações exigem que as entidades apliquem uma abordagem consistente para determinar se uma moeda é trocável por outra moeda e a taxa de câmbio à vista a utilizar.	01/01/2025
CPC 48 / IFRS 9 e CPC 40 (R1) / IFRS 7: Classificação e mensuração de instrumentos financeiros	Estabelecem requerimentos relativos a: (i) liquidação de passivos financeiros por meio de sistema de pagamento eletrônico; (ii) avaliação das características contratuais do fluxo de caixa dos ativos financeiros, incluindo aqueles com características ambientais, sociais e de governança (ASG ou ESG); e (iii) alterações específicas na norma para abranger os contratos de eletricidade relacionada à natureza (fontes eólicas e solares).	01/01/2026
Pronunciamento Técnico CBPS nº 01 (IFRS S1): Divulgação de Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade Pronunciamento Técnico CBPS nº 02 (IFRS S2): Divulgação de Informações Climáticas	Os novos pronunciamentos abordam os requisitos e as diretrizes relacionados à sustentabilidade corporativa, alinhando-se aos padrões internacionais estabelecidos pelo IFRS S1 e IFRS S2. Essas normas visam promover maior transparência e padronização na divulgação de informações ambientais, sociais e de governança (ESG), bem como os impactos financeiros relacionados ao clima.	01/01/2026
IFRS 18: Apresentação e divulgação das Demonstrações Contábeis	A IFRS 18 introduz três categorias definidas para receitas e despesas – operacionais, de investimento e de financiamento – para melhorar a estrutura da demonstração de resultados e exige que todas as entidades forneçam novos subtotais definidos, incluindo o lucro operacional. A estrutura melhorada e os novos subtotais darão aos investidores um ponto de partida consistente para analisar o desempenho das companhias. A IFRS 18 também exige que as companhias divulguem explicações sobre as medidas específicas que estão relacionadas com a demonstração dos resultados, referidas como medidas de desempenho definidas pela Administração. Os novos requisitos irão melhorar a disciplina e a transparência das medidas de desempenho definidas pela Administração e provavelmente torná-las sujeitas a auditoria. A IFRS 18 substituirá a IAS 1/ CPC 26: Apresentação das Demonstrações Contábeis.	01/01/2027
IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações	Permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS.	01/01/2027

A Companhia está em processo de análise dos impactos dos pronunciamentos acima e decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

4 Assuntos regulatórios

A Companhia receberá pela prestação do serviço público de transmissão a RAP que será ajustada anualmente, por meio de resoluções homologatórias emitidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), no mês de julho de cada ano. Para o ciclo 2024-2025, que teve seu início no mês de julho de 2024, a RAP da Companhia é de R\$ 148.745 homologado pela REH 3.348/2024.

Equatorial Transmissora 3 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

A ANEEL procederá à revisão da RAP, durante o período da concessão, em intervalos periódicos de 5 (cinco) anos. A última revisão tarifária na Companhia ocorreu por meio da REH 3.050/2022 (vigente a partir de 1º de junho de 2022), reajustou em 9,39% a RAP.

A Companhia tem prazo de duração 30 (trinta) anos a partir da assinatura do Contrato de Concessão, ou o tempo necessário ao cumprimento de todas as obrigações decorrentes do Contrato de Concessão.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	2024	2023
Caixa e depósitos bancários à vista	28	17
Equivalentes de caixa (a)		
Investimentos		
Certificado de Depósito Bancário – CDB	32.109	188
Total	32.137	205

(a) Os equivalentes de caixa se referem a CDB - Certificados de Depósitos Bancários, Operações Compromissadas e outros ativos de alta liquidez e com baixo risco de crédito. Tais aplicações estão disponíveis para utilização nas operações da Companhia, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, são ativos financeiros com liquidez imediata classificados como equivalentes de caixa, conforme CPC 03 (R2) - Demonstrações de Fluxo de Caixa.

A carteira da Companhia é remunerada pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), logo, a rentabilidade média ponderada da carteira no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 equivale a 102,96% do CDI (97,00% do CDI em 31 de dezembro de 2023).

6 Aplicações financeiras

	2024	2023
Circulante		
Fundo de Investimento (a)		
Cotas de fundos de investimento	45.815	62.943
Não circulante		
Recursos vinculados (b)	15.209	14.031
Total	61.024	76.974

(a) Os fundos de investimentos representam operações de baixo risco em instituições financeiras de primeira linha e são compostos por diversos ativos visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco, tais como: títulos de renda fixa, títulos públicos, operações compromissadas, debêntures, CDBs, de acordo com a norma de aplicações da Companhia. Adicionalmente, a carteira de aplicações contém fundos exclusivos, que são investimentos em cotas (FIC), administrados por instituições financeiras responsáveis por alocar os recursos em cotas de diversos fundos abertos. Logo, a Companhia não possui gestão e controle direto, tampouco participação relevante nesses fundos abertos (limite máximo de 10% do PL); e

(b) Referem-se às aplicações restritas a garantia de empréstimos e financiamentos, aplicados em títulos públicos e fundos lastreados em títulos públicos, cuja classificação entre circulante e não circulante é definida de acordo com o prazo de utilização do recurso.

A carteira da Companhia é remunerada pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), logo, a rentabilidade média ponderada da carteira no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 equivale a 94,84% a.a. do CDI (101,46% a.a. do CDI em 31 de dezembro de 2023).

Equatorial Transmissora 3 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

7 Partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia possui transações com partes relacionadas, principalmente, referente aos contratos de compartilhamentos, dividendos, empréstimos, entre outros, com as empresas descritas abaixo:

		2024		2023	
Empresas	Nota	Ativo (passivo)	Efeito no resultado receita (despesa)	Ativo (passivo)	Efeito no resultado receita (despesa)
Contas a receber (RAP)					
Entidade é membro do mesmo grupo econômico					
Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.	(a)	136	-	147	-
Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.	(a)	190	-	268	-
Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.	(a)	100	-	110	-
Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.	(a)	83	-	95	-
Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica (CEEE-D)	(a)	272	-	307	-
Companhia de Eletricidade do Amapá (CEA)	(a)	22	-	16	-
Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.	(a)	308	-	279	-
Total		1.111	-	1.222	-
Outras contas a receber					
Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.	(b)	16	28	2	5
Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.	(b)	16	21	78	7
Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.	(b)	4	8	1	2
Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.	(b)	2	6	2	4
Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica (CEEE-D)	(b)	3	10	1	3
Companhia de Eletricidade do Amapá (CEA)	(b)	1	4	-	-
Equatorial Transmissora 1 SPE S.A.	(b)	55	117	-	-
Equatorial Transmissora 2 SPE S.A.	(b)	55	116	-	-
Equatorial Transmissora 4 SPE S.A.	(b)	10	17	-	-
Equatorial Transmissora 5 SPE S.A.	(b)	3	7	-	-
Equatorial Transmissora 6 SPE S.A.	(b)	3	6	-	-
Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.	(b)	16	22	-	-
Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.	(b)	9	13	-	-
Total		193	375	84	21
Outras contas a pagar					
Entidade é membro do mesmo grupo econômico					
Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.	(b)	(64)	(293)	(133)	(444)
Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.	(b)	(22)	(136)	(16)	(175)
Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.	(b)	(19)	(54)	(15)	(83)
Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.	(b)	(9)	(42)	(14)	(55)
Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica (CEEE-D)	(b)	(19)	(46)	(13)	(62)
Companhia de Eletricidade do Amapá (CEA)	(b)	(5)	(15)	(5)	(13)
Equatorial Transmissora 1 SPE S.A.	(b)	(150)	(419)	-	-
Equatorial Transmissora 2 SPE S.A.	(b)	(180)	(572)	-	(1)
Equatorial Transmissora 4 SPE S.A.	(b)	(460)	(1.984)	(1.634)	(380)
Equatorial Transmissora 5 SPE S.A.	(b)	(30)	(38)	-	-
Equatorial Transmissora 6 SPE S.A.	(b)	(4)	(8)	-	-
Equatorial Transmissora 7 SPE S.A.	(b)	-	-	-	(1)
Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.	(b)	(46)	(81)	-	(1)
Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.	(b)	(55)	(82)	-	-
Integração Transmissora de Energia (INTESA)	(b)	-	-	(1)	(2)
Controladora direta					
Equatorial Transmissão S.A.	(c)	(1.448)	(5.096)	(1.503)	(5.367)
Total		(2.511)	(8.866)	(3.334)	(6.584)
Fornecedores					
Entidade é membro do mesmo grupo econômico					
Equatorial Serviços S.A.	(d)	-	-	(4)	(14)
Instituto de Ciência e Tecnologia Grupo Equatorial (ICT)	(e)	-	-	(400)	-
Total		-	-	(404)	(14)
Mútuos					
Controladora indireta					
Equatorial S.A.	(f)	-	-	-	(1.311)
Total		-	-	-	(1.311)
Dividendos a pagar					
Controladora direta					
Equatorial Transmissão S.A.	(g)	(7.216)	-	(7.115)	-
Total		(7.216)	-	(7.115)	-

(a) Valores se referem a Receita Anual Permitida (RAP) faturadas e recebidas decorrente de operações do mesmo grupo econômico da Companhia, por meio da Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão (TUST);

Equatorial Transmissora 3 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

- (b) Refere-se ao contrato de compartilhamento de Recursos Humanos e Infraestrutura administrativa, cujo reembolso resulta do compartilhamento das despesas condominial, de informática e telecomunicações e, de despesas de recursos humanos, pelo critério regulatório de rateio, nos termos do artigo nº 12 do módulo V da Resolução Normativa da ANEEL nº 948/2021;
- (c) Em 16 de setembro de 2022, foi assinado Instrumento Particular de Remuneração pela Prestação de Garantia Corporativa (fiança/aval), entre a Equatorial Transmissora 3 SPE S.A. (Contratante) e a Equatorial Transmissão S.A. (Contratada), com o objetivo de remunerar as garantias prestadas sob forma de fiança/aval em contratos. A prestação da garantia, terá uma remuneração equivalente a 1% (um por cento) ao ano, *pro rata*, incidente sobre o saldo devedor do título ou contrato garantido;
- (d) Os valores com a Equatorial Serviços S.A. são oriundos de prestação serviços de recursos humanos, administrativos e rateio proporcional das respectivas despesas incorridas, com prazo de duração indeterminado;
- (e) Os valores com o Instituto de Ciência e Tecnologia Grupo Equatorial (ICT) referem-se a projetos de P&D e PEE, de gestão corporativa;
- (f) Em 14 de julho de 2021, foi realizado um empréstimo mútuo entre a Equatorial S.A., na qualidade de "Mutuante", e a Equatorial Transmissora 3 SPE S.A., na qualidade de "Mutuária". Este empréstimo foi formalizado por meio de um Instrumento Particular de Mútuo Pecuniário, previamente anuído pela ANEEL através do Despacho nº 3.085 de 31 de dezembro de 2018. O valor do empréstimo é de R\$ 15.000 (Quinze Milhões de Reais), com vigência de 24 (vinte e quatro) meses, contados a partir de 15 de julho de 2021, e com uma taxa de 105,5% do CDI a.a., *pro rata die*. Este contrato foi celebrado para evitar a escassez de recursos devido a possíveis atrasos nas liberações do financiamento de longo prazo contratado; e
- (g) Valor refere-se à distribuição de dividendos referentes ao exercício de 2024 e 2023. A variação está demonstrada na nota explicativa nº 14 Dividendos a pagar.

7.1 Remuneração de pessoal-chave da administração

O pessoal-chave da Administração conta com três membros na Diretoria Executiva, remunerados pela sua controladora Equatorial Transmissão S.A. e compartilhadas para as controladas. Para o exercício findo de 31 de dezembro de 2024 o valor correspondente à Companhia foi de R\$ 484 (R\$ 179 em 31 de dezembro de 2023).

Os diretores da Companhia não mantêm nenhuma operação de empréstimos, adiantamentos e outros com a Companhia, além dos seus serviços normais.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não possui para suas pessoas chave da Administração remuneração nas categorias de: a) benefícios de longo prazo; b) benefícios de rescisão de contrato de trabalho; c) benefícios de pós emprego; e d) remuneração baseada em ações.

7.2 Garantias e fianças

A Equatorial Transmissão S.A. controladora direta da Companhia, presta garantias como avalista ou fiadora da Companhia com ônus ^(*) nos contratos de financiamentos e debêntures, conforme abaixo listados:

Instituição	Valor Contratado	% do aval	Início	Término	Valor liberado	2024 (b)
Banco do Nordeste (BNB)	425.474	100	19/06/2018	15/07/2038	425.274	388.643
1ª Emissão de Debêntures - 1ª Série	45.000	100	04/02/2019	15/01/2033	45.000	54.472
1ª Emissão de Debêntures - 2ª Série	45.000	100	04/02/2019	15/01/2034	45.000	49.942
Total	515.474				515.274	493.057
Fianças (a)						
Fiança ABC	25.447	100	07/06/2024	29/05/2026	N/A	N/A
Fiança Bradesco	253.027	100	21/06/2023	13/10/2025	N/A	N/A
Fiança Alfa	50.000	100	14/02/2024	14/02/2026	N/A	N/A
Fiança Santander	96.800	100	04/11/2024	04/11/2026	N/A	N/A
Total	425.274					

(a) As fianças bancárias garantem o saldo do BNB; e

(b) Os valores atualizados das debêntures e financiamentos estão líquidos do custo de captação.

(*) Referente a remuneração dos avalistas em 1% a.a. sobre o saldo devedor.

Equatorial Transmissora 3 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

8 Ativos de contrato

Os ativos de contrato estão constituídos, conforme a seguir demonstrado:

	2023	Remuneração (a)	Amortização (b)	2024
Ativos de contrato em serviço	1.308.431	184.202	(146.650)	1.345.983
Total	1.308.431	184.202	(146.650)	1.345.983
Circulante	178.467			164.643
Não circulante	1.129.964			1.181.340

	2022	Remuneração (a)	Amortização	2023
Ativos de contrato em serviço	1.269.096	190.135	(150.800)	1.308.431
Total	1.269.096	190.135	(150.800)	1.308.431
Circulante	146.745			178.467
Não circulante	1.122.351			1.129.964

- (a) A remuneração dos ativos de contrato é feita com base na atualização do saldo remanescente dos ativos de contrato pelo Índice de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA); e
- (b) Refere-se a amortização dos ativos de contrato que decorre do reconhecimento da RAP faturada mensalmente até o final da concessão do empreendimento no valor acumulado de R\$ (158.592) e R\$ 11.942 referente a receita de operação e manutenção reconhecida no exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

9 Fornecedores

Os saldos de fornecedores estão constituídos conforme a seguir demonstrado:

	2024	2023
Materiais e serviços (a)	6.401	5.927
Partes relacionadas - nota explicativa nº 7	-	404
Total (b)	6.401	6.331

O saldo de fornecedores R\$ 6.384 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 6.331 em 31 de dezembro de 2023), não incide juros e é geralmente liquidado pela Companhia em prazo médio de até 38 dias (44 dias em 31 de dezembro de 2023).

- (a) A composição deve-se, substancialmente, a materiais, equipamentos e serviços contratados para manutenção das instalações de transmissão; e
- (b) Alguns fornecedores da Companhia efetuaram operações de antecipação de direito de recebimento com instituições financeiras. No entanto, não houve nenhuma alteração de prazo ou condição de pagamento para a Companhia. Assim, a essência original da transação comercial não foi alterada e continua sendo classificada como atividade operacional, ou seja, permanece como contas a pagar para fornecedores. A participação no acordo de financiamento é opcional para os fornecedores. Se os fornecedores optarem por receber o pagamento antecipado, pagarão uma taxa à instituição financeira, da qual a Companhia não é parte. Os pagamentos aos fornecedores antes da data de vencimento da fatura são processados pela instituição financeira e, em todos os casos, a Companhia quita a fatura original pagando a instituição financeira de acordo com a data de vencimento original mencionada. Os prazos de pagamento com os fornecedores não foram renegociados em conjunto com os acordos. A Companhia não fornece garantias à instituição financeira. Não há pagamento de juros por parte da Companhia e nem recebimento de “rebates financeiros”.

O saldo de fornecedores – risco sacado, ou seja, que fazem acordo de financiamento de fornecedores, é de R\$ 17 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2023), não incide juros e é geralmente liquidado pela Companhia em prazo médio de até 60 dias (0 dias em 31 de dezembro de 2023). A totalidade do saldo já foi recebida pelos fornecedores por meio da instituição parceira considerando a própria modalidade de risco sacado. Os pagamentos dessas transações impactaram no fluxo de caixa no valor de R\$ 46 no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2023).

Equatorial Transmissora 3 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

10 Empréstimos e financiamentos

10.1 Composição dos saldos

			2024		
Moeda nacional (R\$)	Custo da dívida (%a.a.)	Garantia	Principal e encargos		
			Circulante	Não circulante	Total
Banco do Nordeste	IPCA + 2,08%	Aval/Fiança + Fiança bancária + Conta reserva	21.894	368.683	390.577
(-) Custo de captação			(142)	(1.792)	(1.934)
Total			21.752	366.891	388.643
			2023		
Moeda nacional (R\$)	Custo da dívida (%a.a.)	Garantia	Principal e encargos		
			Circulante	Não circulante	Total
Banco do Nordeste	IPCA + 2,08%	Aval/Fiança + Fiança bancária + Conta reserva	21.009	389.500	410.509
(-) Custo de captação			(142)	(1.935)	(2.077)
Total			20.867	387.565	408.432

10.1.1 Movimentação dos empréstimos

	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	20.867	387.565	408.432
Encargos	27.093	-	27.093
Transferências	20.674	(20.674)	-
Amortização de principal	(19.515)	-	(19.515)
Pagamentos de juros	(27.510)	-	(27.510)
Custo de captação (a)	143	-	143
Saldo em 31 de dezembro de 2024	21.752	366.891	388.643

	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	38.085	407.494	445.579
Encargos	29.453	-	29.453
Transferências	19.929	(19.929)	-
Amortização de principal	(33.826)	-	(33.826)
Pagamento de juros	(32.916)	-	(32.916)
Custo de captação (a)	142	-	142
Saldos em 31 de dezembro de 2023	20.867	387.565	408.432

(a) Refere-se à movimentação do custo de transação/captação, quando positivo significa amortização e quando negativo, significa adição.

10.2 Cronograma de amortização da dívida

Os saldos por vencimento dos empréstimos e financiamentos estão apresentados abaixo:

Vencimento	2024	
	Valor	%
Circulante	21.752	6%
2026	22.046	6%
2027	23.089	6%
2028	24.185	6%
2029	25.340	7%
Até 2038	274.023	69%
Subtotal	368.683	94%
Custo de captação (Não circulante)	(1.792)	0%
Não circulante	366.891	94%
Total	388.643	100%

Equatorial Transmissora 3 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

10.3 Covenants e garantias dos empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos contratados pela Companhia possuem garantias reais e fidejussórias e *covenants*, cujo não cumprimento durante o exercício de apuração, poderá acarretar o vencimento antecipado dos contratos.

Em 31 de dezembro 2024, a Companhia cumpriu todas as obrigações e esteve dentro dos limites estipulados nos contratos.

11 Debêntures

11.1 Movimentação de debêntures

	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	14.058	97.147	111.205
Encargos	5.054	-	5.054
Transferências	9.039	(9.039)	-
Pagamento de juros	(5.124)	-	(5.124)
Variação monetária	2.106	3.045	5.151
Amortização de principal	(12.240)	-	(12.240)
Custo de captação (a)	368	-	368
Saldo em 31 de dezembro de 2024	13.261	91.153	104.414

	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	8.039	103.872	111.911
Encargos	5.315	-	5.315
Transferências	8.763	(8.763)	-
Pagamento de juros	(5.378)	-	(5.378)
Variação monetária	3.116	2.038	5.154
Amortização de principal	(6.164)	-	(6.164)
Custo de captação (a)	367	-	367
Saldos em 31 de dezembro de 2023	14.058	97.147	111.205

(a) Refere-se à movimentação do custo de transação/captação, quando positivo significa amortização e quando negativo adição.

11.2 Características das debêntures

Emissão	Característica das debêntures	Série	Garantias	Valor da emissão	Custo Nominal	Data da Emissão	Vencimento	2024		
								Passivo circulante	Passivo não circulante	Total
1ª (a)	(1)/(3)/(4)/(5)/(6)	1ª	Aval/Fiança	45.000	IPCA + 4,80% a.a.	fev/19	jan/33	6.026	48.446	54.472
1ª (a)	(1)/(3)/(4)/(5)/(6)	2ª	Aval/Fiança	45.000	IPCA + 4,65% a.a.	fev/19	jan/34	7.235	42.707	49.942
								13.261	91.153	104.414

- (1) Emissão pública de debêntures simples
- (3) Não conversíveis em ações
- (4) Espécie Quirografária
- (5) Debêntures Incentivadas
- (6) Garantia Adicional Fidejussória

(a) A totalidade dos recursos obtidos foram aplicados em conformidade com a escritura.

As emissoras das debêntures incentivadas, conforme o artigo 2º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011, alterada pelo Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, tem como obrigatoriedade aplicar a totalidade dos recursos captados nas emissões das debêntures no custeio das despesas já incorridas e/ou a incorrer relativas aos projetos enquadrados junto ao MME – Ministério de Minas e Energia. A finalidade das debêntures incentivadas é captar recursos destinados a projetos de infraestrutura e todos os recursos obtidos foram utilizados pela Companhia para esse fim.

Equatorial Transmissora 3 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

11.3 Cronograma de vencimento

Os saldos por vencimento das debêntures estão apresentados abaixo:

Vencimento	2024	
	Valor	%
Circulante	13.261	13%
2026	10.890	10%
2027	10.739	10%
2028	10.519	10%
2029	11.509	11%
Até 2034	50.466	49%
Subtotal	94.123	90%
Custo de captação (Não circulante)	(2.970)	-3%
Não circulante	91.153	87%
Total	104.414	100%

11.4 Covenants

As debêntures possuem cláusulas restritivas que, em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis, conforme segue:

- Endividamento líquido dividido pelo EBITDA, medido na Companhia, sendo menor ou igual a 4,5 (quatro inteiros e cinco décimos) com relação às informações intermediárias relativas ao exercício findo em 31 de dezembro 2024; e
- Endividamento líquido dividido pelo EBITDA, medido na fiadora Equatorial Transmissão, sendo menor ou igual a 5,0 (cinco inteiros) com relação às informações intermediárias relativas ao exercício findo em 31 de dezembro 2024.

Covenants debêntures

Dívida líquida/EBITDA ajustado - Companhia: $\leq 4,5$
Dívida líquida/EBITDA ajustado - Fiadora: $\leq 5,0$

1ª debêntures

3,1
3,7

Os indicadores acima obedecem fidedignamente aos conceitos de dívida líquida contratual e EBITDA contratual, conforme conceitos acordados e expressos nos documentos contratuais. Estas informações visam unicamente dar conhecimento acerca dos indicadores apurados em conformidade com as definições ora acordadas.

Em 31 de dezembro 2024, a Companhia cumpriu todas as obrigações e esteve dentro dos limites estipulados nos contratos.

12 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

12.1 Conciliação da despesa do imposto de renda e da contribuição social

A conciliação da despesa do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social Sobre Lucro Líquido (CSLL), nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, está demonstrada conforme a seguir:

Equatorial Transmissora 3 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

	2024		2023	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Lucro contábil antes do IRPJ e CSLL	150.990	150.990	124.509	124.509
Alíquota fiscal	25%	9%	25%	9%
Pela alíquota fiscal	(37.748)	(13.589)	(31.127)	(11.206)
Ajustes que afetaram o cálculo dos tributos sobre o lucro				
Outras adições (reversões) permanentes	65	13	194	39
IRPJ Subvenção Governamental	19.149	-	18.589	-
Adições (reversões) de ativos fiscais não reconhecidos	-	17	-	-
	(18.534)	(13.559)	(12.344)	(11.167)
Alíquota efetiva com ativo fiscal diferido	12%	9%	10%	9%
Imposto corrente	-	(4.941)	-	(4.706)
Imposto diferido	(18.534)	(8.618)	(12.344)	(6.461)

12.2 Movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos

		2024			
	2023	Reconhecimento no resultado	Valor líquido	Ativo fiscal diferido	Passivo fiscal diferido
IRPJ prejuízos fiscais	15.423	-	15.423	15.423	-
Base negativa de CSLL	1.945	(1.945)	-	-	-
Custo/ Receita - CPC 47	(203.673)	(25.206)	(228.879)	-	(228.879)
Provisão para participação nos lucros	14	(1)	13	13	-
Total	(186.291)	(27.152)	(213.443)	15.436	(228.879)

12.3 Expectativa de realização do IRPJ e CSLL diferidos sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social

Com base nos estudos técnicos de viabilidade, a Administração estima que a realização dos créditos fiscais possa ser feita até 2027, conforme demonstrado abaixo:

Expectativa de realização	2025	2026	2027	Total
Imposto de renda e contribuição social diferidos a realizar	4.008	6.421	5.007	15.436

13 PIS e COFINS diferidos

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, os saldos estão apresentados da seguinte forma:

	2024	2023
Base de cálculo da receita		
Receita de remuneração ativo de contrato	184.202	190.135
	184.202	190.135
PIS / COFINS sobre a receita de construção/ativo de contrato no exercício (9,25%) (i)	17.039	17.587
Amortização de PIS/COFINS (ii) (a)	(34.486)	(5.799)
Saldo no início do exercício (iii)	141.950	130.162
Saldo no final do exercício (i + ii + iii)	124.503	141.950
Circulante	5.616	6.127
Não circulante	118.887	135.823

(a) A Companhia está amortizando o PIS/COFINS diferido constituído durante a concessão conforme recebimento da receita (RAP) mensal. Para mais detalhes, vide nota explicativa nº 16 – Receita operacional líquida.

Equatorial Transmissora 3 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

14 Dividendos a pagar

Conforme o estatuto social da Companhia, aos acionistas está assegurado um dividendo mínimo obrigatório de 1% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação em vigor e deduzido das destinações determinadas pela Assembleia Geral.

Os dividendos foram calculados conforme a seguir demonstrado:

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	118.897	100.998
(-) Reserva de incentivo fiscal	(19.149)	(18.589)
(-) Reserva legal	(997)	(4.120)
Lucro líquido ajustado	98.751	78.289
Dividendos mínimos:		
Dividendos mínimos obrigatórios (1%)	988	783
Dividendos adicionais:		
Dividendos adicionais propostos	68.138	39.106
Dividendos intermediários distribuídos - Lucro acumulado	-	27.675
Dividendos intermediários distribuídos - Reserva para investimento e expansão	-	5.500
Realização da Reserva de lucros a realizar	6.228	6.332
Total dividendos	75.354	79.396

A movimentação dos dividendos a pagar está apresentada como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2022	4.647
Dividendos adicionais distribuídos de 2022	2.013
Dividendos mínimos obrigatórios de 2023	783
Dividendos da reserva de lucro a realizar	6.332
Dividendos intermediários	33.175
Pagamento de dividendos no exercício	(39.835)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	7.115
Dividendos adicionais distribuídos de 2023	39.106
Dividendos mínimos obrigatórios de 2024	988
Dividendos da reserva de lucro a realizar	6.228
Pagamento de dividendos no exercício	(46.221)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	7.216

O artigo 193 da Lei nº 6.404/76 estabelece que “do lucro líquido do exercício, 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal”. Além disso, o artigo 195-A da Lei nº 6.404/76 estabelece que a Reserva de Incentivos Fiscais somente pode ser excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório. Dessa forma, em uma primeira análise, dado que “do lucro líquido do exercício, 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal” e, dado que a Reserva de Incentivos Fiscais somente pode ser excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório, a exclusão do saldo destinado a reserva de incentivos fiscais da “base de cálculo” da reserva legal, apontaria para um equívoco por parte das companhias. Entretanto, os incentivos fiscais devem ser subtraídos da base de cálculo da reserva legal, pois devem ser integralmente destinados para a constituição da reserva de incentivos fiscais, sob pena de serem considerados destinação diversa conforme previsto no Decreto-Lei nº 1.598/77, alterado pela Lei nº 12.973/13 (que revogou artigos da Lei nº 11.941/09).

Equatorial Transmissora 3 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

15 Patrimônio líquido

15.1 Capital social

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o capital social da Companhia totalmente integralizado e subscrito é de R\$ 118.770.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o capital estava representado por 118.769.501 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, todas em poder da Equatorial Transmissão S.A. Cada ação ordinária corresponde um voto nas deliberações da Assembleia Geral da Companhia.

15.2 Reserva de lucros

	<u>Nota</u>	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Reserva de incentivos fiscais	(a)	52.431	33.282
Reserva legal	(b)	22.942	21.945
Reserva de lucros a realizar	(c)	239.461	245.689
Reserva para investimento e expansão	(d)	114.314	84.689
Reserva de dividendos adicionais propostos	(e)	68.138	39.106
Total		<u>497.286</u>	<u>424.711</u>

a. Reserva de incentivos fiscais

É constituída a partir da parcela do lucro decorrente das subvenções para investimentos recebidas pela Companhia. Em 31 de dezembro de 2024, o saldo desta reserva era de R\$ 52.431 (R\$ 33.282 em 31 de dezembro de 2023), a movimentação do exercício de R\$ 19.149 contempla o efeito do benefício referente ao incentivo fiscal da SUDENE utilizado no exercício de 2024 (R\$ 18.589 no exercício de 2023).

b. Reserva legal

É constituída à base de 5% do lucro líquido, antes de qualquer outra destinação, e limitada a 20% do capital social. A reserva legal tem por finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos e aumentar o capital.

O montante de benefício fiscal do ano deve ser integralmente destinado para a constituição da reserva de incentivos fiscais, sob pena de serem considerados destinação diversa conforme previsto no Decreto-Lei nº 1.598/77, alterado pela Lei nº 12.973/13 (que revogou artigos da Lei nº 11.941/09). Desta forma, o mesmo reduz a base de cálculo da reserva legal.

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Lucro líquido do exercício	118.897	100.998
(-) Reserva de incentivo fiscal	(19.149)	(18.589)
Lucro ajustado	<u>99.748</u>	<u>82.409</u>
(-) Reserva legal	<u>997</u>	<u>4.120</u>

c. Reserva de lucros a realizar

Essa reserva é constituída por meio da destinação de uma parcela dos lucros do exercício decorrente, por exemplo, da adoção inicial do CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente. O objetivo de constituí-la é não distribuir dividendos sobre a parcela de lucros ainda não realizada financeiramente pela Companhia. Em virtude de a Companhia estar em operação, essas reservas são utilizadas para distribuir dividendos à medida que a RAP é realizada. Em 31 de dezembro de 2024, o saldo da reserva de lucros a realizar era de R\$ 239.461 (R\$ 245.689 em 31 de dezembro de 2023).

Equatorial Transmissora 3 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

A tabela abaixo demonstra a constituição e a realização da reserva de lucros a realizar pela RAP.

Movimentação da reserva de lucros a realizar

	2024	2023
Saldo inicial em 1º de janeiro	245.689	252.021
Realização	(6.228)	(6.332)
Saldo final em 31 de dezembro	239.461	245.689

d. Reserva para investimento e expansão

Reserva estatutária prevista no Art. 34, item III do Estatuto Social, que faz referência ao Art. 194 da Lei das Sociedades Anônimas, destina-se a registrar parcela do lucro líquido do exercício destinada a operações de investimento e expansão da Companhia, na finalidade de: (i) reforçar o capital de giro da Companhia; e (ii) assegurar recursos para aquisição de participação no capital social de outras sociedades, consórcios e empreendimentos que atuem no setor de energia elétrica, através da sua controladora. Em 31 de dezembro de 2024, o saldo da reserva de lucros era de R\$ 114.314 (R\$ 84.689 em 31 de dezembro de 2023). A movimentação refere-se à constituição de R\$ 29.625 provenientes do lucro do exercício.

e. Reserva de dividendos adicionais propostos

Esta reserva destina-se a registrar a parcela dos dividendos que excede ao previsto legal ou estatutariamente, até a deliberação definitiva pelos sócios em assembleia. Em 26 de março de 2025, conforme divulgado em nota explicativa nº 21 – Eventos subsequentes, foi aprovada a distribuição na integralidade da reserva no montante de R\$ 68.138 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 39.106 em 31 de dezembro de 2023).

16 Receita operacional líquida

	2024	2023
Receita de operação, manutenção e outras		
Receita de operação e manutenção	11.942	5.263
	11.942	5.263
Deduções		
PIS/COFINS corrente	(964)	(361)
Encargos do consumidor (a)	(2.034)	(1.928)
	(2.998)	(2.289)
Receita de operação, manutenção e outras, líquidas	8.944	2.974
Receita de remuneração de ativo de contrato		
Remuneração de ativo de contrato (b)	184.202	190.135
PIS/COFINS corrente	(14.877)	(13.044)
PIS/COFINS diferidos (c) (d)	17.447	(11.789)
Receita de remuneração de ativo de contrato, líquidas	186.772	165.302
Receita operacional líquida	195.716	168.276

- (a) Encargos setoriais definidos pela ANEEL e previstos em lei, destinados a incentivos com Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), constituição de Reserva Global de Reversão (RGR) dos serviços públicos, Taxa de Fiscalização, Conta de Desenvolvimento Energético e Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica;
- (b) Remuneração financeira é proveniente da atualização dos ativos de contrato, conforme nota explicativa nº 8 – Ativos de contrato;
- (c) O total de PIS e COFINS diferidos sobre a receita, para fins de ICPC 01, é de R\$ 17.447 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 11.789 em dezembro de 2023); e
- (d) O efeito líquido positivo de PIS e COFINS diferidos no montante de R\$ 17.447, considera (i) reconhecimento de despesa no valor de R\$ 7.522 e (ii) reavaliação da estimativa de amortização do PIS e COFINS diferidos realizada ao longo de 2024, que resultou no impacto positivo de R\$ 24.969 no resultado.

Equatorial Transmissora 3 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

16.1 Margens das obrigações de performance

	2024	2023
Operação e manutenção		
Receita (líquida de PIS e COFINS)	10.978	4.902
Custo	(7.829)	(4.061)
Margem (R\$)	3.149	841
Margem percebida (%) (*)	28,68%	17,16%
Margem orçada no início do contrato (%)	34,66%	34,66%

(*) A margem percebida da receita de operação e manutenção considera o efeito dos custos efetivamente incorridos, incrementados pela variação na margem de operação apurado para o empreendimento.

17 Custos dos serviços prestados e despesas gerais e administrativas

	2024			
	Custo de O&M	Outros custos	Total	Despesas administrativas
Pessoal	(2.681)	-	(2.681)	(998)
Material	(52)	-	(52)	-
Serviços de terceiros	(5.071)	(368)	(5.439)	(697)
Arrendamento e aluguéis	(25)	-	(25)	(4)
Amortização do ativo intangível	-	(26)	(26)	-
Outros	-	(49)	(49)	(45)
Total	(7.829)	(443)	(8.272)	(1.744)

	2023			
	Custo de O&M	Outros custos	Total	Despesas administrativas
Pessoal	(1.831)	(2)	(1.833)	(852)
Material	(82)	-	(82)	(481)
Serviços de terceiros	(2.125)	(260)	(2.385)	-
Arrendamento e aluguéis	(23)	-	(23)	(6)
Amortização do ativo intangível	-	(26)	(26)	-
Outros	-	-	-	(97)
Total	(4.061)	(288)	(4.349)	(1.436)

18 Resultado financeiro

	2024	2023
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicação financeira (a)	10.681	9.779
Variação monetária da dívida	228	-
PIS/COFINS sobre receita financeira	(504)	(456)
Outras receitas financeiras	162	2
Total de receitas financeiras	10.567	9.325
Despesas financeiras		
Encargos da dívida (b)	(31.300)	(33.862)
Variação monetária da dívida	(5.379)	(5.154)
Outras despesas financeiras	(8.130)	(8.241)
Total de despesas financeiras	(44.809)	(47.257)
Resultado financeiro	(34.242)	(37.932)

(a) O aumento nos rendimentos das aplicações financeiras no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, deve-se pela melhora do caixa e aplicações financeiras em relação ao exercício anterior, findo em 31 de dezembro de 2023; e

(b) A diminuição nos encargos da dívida ocorreu em função da redução do saldo da dívida em 5,1% na comparação entre o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

Equatorial Transmissora 3 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

19 Instrumentos financeiros

19.1 Considerações gerais

A Companhia efetuou análise dos instrumentos financeiros, que incluem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes, fornecedores, debêntures e empréstimos e financiamentos, procedendo as devidas adequações em sua contabilização, quando necessário.

A Administração desses instrumentos financeiros é por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

A Administração faz uso dos instrumentos financeiros visando remunerar ao máximo suas disponibilidades de caixa, manter a liquidez de seus ativos, proteger-se de variações de taxas de juros ou câmbio e obedecer aos índices financeiros constituídos em seus contratos de financiamento (*covenants*), sendo eles dívida líquida sobre EBITDA.

19.2 Política de utilização de derivativos

A Companhia poderá utilizar-se de operações com derivativos apenas para conferir proteção às oscilações de indexadores macroeconômicos e conferir proteção às oscilações de cotações de moedas estrangeiras. Estas operações não são realizadas em caráter especulativo. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia não possuía operações de instrumentos financeiros derivativos contratados.

19.3 Categoria e valor justo dos instrumentos financeiros

As divulgações quantitativas da hierarquia do valor justo para ativos e passivos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 estão identificados conforme a seguir:

Ativo	Níveis	Categoria dos instrumentos financeiros	2024		2023	
			Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Caixa e depósitos bancários à vista	-	Custo amortizado	28	28	17	17
Equivalentes de caixa	1	Valor justo por meio do resultado	32.109	32.109	188	188
Aplicações financeiras	2	Valor justo por meio do resultado	61.024	61.024	76.974	76.974
Contas a receber de clientes	-	Custo amortizado	22.488	22.488	19.565	19.565
Total do ativo			115.649	115.649	96.744	96.744
Passivo	Níveis	Categoria dos instrumentos financeiros	2024		2023	
			Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Fornecedores	-	Custo amortizado	6.401	6.401	6.331	6.331
Empréstimos e financiamentos	2	Custo amortizado	388.643	390.578	408.432	410.510
Debêntures	2	Custo amortizado	104.414	104.355	111.205	131.490
Total do passivo			499.458	501.334	525.968	548.331

- **Caixa – Depósitos bancários** - são classificados como custo amortizado e estão registrados pelos seus valores originais;
- **Equivalentes de caixa** - são classificados como de valor justo por meio do resultado. Nível 1 na hierarquia de valor justo;
- **Aplicações financeiras** - são classificados como de valor justo por meio do resultado. Em sua maioria, são aplicados em fundos. Os fatores relevantes para avaliação ao valor justo são publicamente observáveis tais como CDI. Nível 2 na hierarquia de valor justo;
- **Contas a receber de clientes** - decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como custo amortizado, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos à provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável;
- **Fornecedores** - decorrem diretamente da operação da Companhia são classificados como passivo ao custo amortizado;

Equatorial Transmissora 3 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

- **Empréstimos e financiamentos** - têm o propósito de gerar recursos para financiar os programas de investimentos da Companhia, eventualmente, gerenciar necessidades de curto prazo. São classificados como passivo ao custo amortizado e estão contabilizados pelos valores amortizados. Nível 2 na hierarquia de valor justo; e
- **Debêntures** - são classificadas como passivo ao custo amortizado e estão contabilizados pelo seu valor amortizado. Para fins de divulgação, as debêntures tiveram seus valores de mercado calculados com base em taxas de mercado, divulgadas pela B3 e ANBIMA. Nível 2 na hierarquia de valor justo.

19.4 Gerenciamento dos riscos financeiros

O Conselho de Administração da Companhia tem a responsabilidade global sobre o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. A Administração da Companhia define a forma de tratamento e os responsáveis por acompanhar cada um dos riscos levantados, para sua prevenção e controle.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas suas atividades. A Companhia, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

O Comitê de Auditoria da controladora indireta Equatorial S.A., supervisiona a forma como a Administração da Companhia monitora a aderência aos procedimentos de gerenciamento de risco, e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos aos quais está exposta. O Comitê de Auditoria da controladora Equatorial S.A. é auxiliado pelo time de auditoria interna na execução de suas atribuições. A auditoria interna realiza revisões regulares e esporádicas nos procedimentos de gerenciamento de risco, e o resultado é reportado para o Comitê de Auditoria da controladora indireta Equatorial S.A.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, não houve mudança nas políticas de gerenciamento de risco em relação ao exercício anterior, findo em 31 de dezembro de 2023.

a) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco da Companhia em incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros da Companhia.

(i) Caixa e equivalentes de caixa

A Companhia detém caixa e equivalentes de caixa no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 no montante de R\$ 32.137 (R\$ 205 em 31 de dezembro de 2023). O caixa e equivalentes de caixa são mantidos em bancos e instituições financeiras que possuem *rating* entre AA- e AA+, baseado nas agências de *rating* *Fitch Ratings* e *Standard & Poors*.

A Companhia considera que o seu caixa e equivalentes de caixa têm baixo risco de crédito com base nos *ratings* de crédito externos das contrapartes. Quando da aplicação inicial do CPC 48 – Instrumentos financeiros, a Companhia julgou não ser necessário a constituição de provisão.

Equatorial Transmissora 3 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

(ii) Contas a receber

O Contas a receber da Companhia decorre de operações com empresas que utilizam sua infraestrutura por meio da Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão (TUST). Essa tarifa resulta do rateio entre os usuários da transmissão de alguns valores específicos: (i) a RAP de todas as transmissoras; (ii) os serviços prestados pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS); e (iii) os encargos regulatórios. Essa tarifa é reajustada anualmente na mesma data em que ocorrem os reajustes das RAP das transmissoras e deve ser paga pelos usuários do sistema, pelas geradoras e importadores (que colocam energia no sistema), pelas distribuidoras, pelos consumidores livres e exportadores (que retiram energia do sistema). Portanto, o poder concedente delegou aos usuários representados por agentes de geração, distribuição, consumidores livres, exportadores e importadores o pagamento pela prestação do serviço público de transmissão. A RAP é faturada e recebida diretamente desses agentes.

Na atividade de transmissão, a receita prevista no contrato de concessão (RAP) é realizada (recebida/auferida) pela disponibilização das instalações do sistema de transmissão e não depende da utilização da infraestrutura (transporte de energia) pelos geradores, distribuidoras, consumidores livres, exportadores e importadores. Portanto, não existe risco de demanda.

De acordo com o entendimento do mercado e dos reguladores, o arcabouço regulatório de transmissão brasileiro foi planejado para ser adimplente, garantir a saúde financeira e evitar risco de crédito do sistema de transmissão. Os usuários do sistema de transmissão são obrigados a fornecer garantias financeiras administradas pelo ONS para evitar risco de inadimplência.

b) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações.

Informações com maior detalhamento sobre os empréstimos e debêntures captados pela Companhia são apresentadas nas notas explicativas nº 10 – empréstimos e financiamentos e nº 11 – debêntures.

A Companhia tem obtido recursos a partir da sua atividade comercial e do mercado financeiro, destinando-os principalmente ao seu programa de investimentos e à administração de seu caixa para capital de giro e compromissos financeiros.

A gestão dos investimentos financeiros tem foco em instrumentos de curto prazo, de modo a promover máxima liquidez e fazer frente aos desembolsos. A geração de caixa da Companhia e sua pouca volatilidade nos recebimentos e obrigações de pagamentos ao longo dos meses do ano, prestam à Companhia estabilidade nos seus fluxos, reduzindo o seu risco de liquidez.

(i) Exposição ao risco de liquidez

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data da demonstração contábil. Esses valores são brutos e não descontados, incluem pagamentos de juros contratuais e excluem o impacto dos acordos de compensação:

Equatorial Transmissora 3 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

	2024						
	Valor contábil*	Fluxo de caixa contratual total	2 meses ou menos	2-12 meses	1-2 anos	2-5 anos	Mais que 5 anos
Passivos financeiros não derivativos							
Empréstimos bancários com garantia	388.643	548.218	7.206	48.097	40.840	119.313	332.762
Títulos de dívida emitidos com garantia	104.414	154.765	9.437	7.544	16.574	49.386	71.824
Fornecedores	6.401	6.401	6.401	-	-	-	-
Total	499.458	709.384	23.044	55.641	57.414	168.699	404.586

* Os valores apresentados nesta coluna estão líquidos dos custos de captação.

Os fluxos de saídas, divulgados na tabela acima, representam os fluxos de caixa contratuais não descontados relacionados aos passivos financeiros mantidos para fins de gerenciamento de risco e que normalmente não são encerrados antes do vencimento contratual.

Adicionalmente, conforme divulgado nas notas explicativas nº 10 e 11, a Companhia possui operações financeiras com cláusulas contratuais restritivas (*covenants*). O não cumprimento futuro desta cláusula contratual restritiva pode exigir que a Companhia liquide a dívida antes da data prevista. Estas cláusulas contratuais restritivas são monitoradas regularmente pela Diretoria Financeira e reportada periodicamente para a Administração para garantir que o contrato esteja sendo cumprido. Não gerando qualquer expectativa futura de que as condições acordadas não sejam cumpridas pela Companhia.

c) Risco de taxa de juros

Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta das variações das taxas de juros da economia, que afetam os empréstimos e financiamentos e as aplicações financeiras. A Companhia monitora continuamente as variações dos indexadores com o objetivo de avaliar a eventual necessidade da contratação de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas. A seguir são demonstrados os impactos dessas variações na rentabilidade dos investimentos financeiros e no endividamento em moeda nacional da Companhia.

A sensibilidade dos ativos e passivos financeiros da Companhia foi demonstrada com base nos seguintes cenários: um cenário com as taxas projetadas para 12 meses (Cenário Provável) e outros dois cenários com 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III) considerando a exposição da moeda estrangeira relevante.

O método de avaliação dessa análise de sensibilidade para 31 de dezembro de 2024 não foi alterado com relação ao que foi utilizado no exercício anterior.

Operação	Risco	Saldo em R\$ (exposição)	Impacto no resultado				
			Cenário Provável	Cenário II +25%	Cenário III +50%	Cenário IV -25%	Cenário V -50%
Ativos Financeiros							
Aplicações financeiras	CDI	93.133	107.485	111.070	114.665	103.899	100.314
Impacto no resultado				3.586	7.181	(3.586)	(7.171)
Passivos financeiros							
Empréstimos, financiamentos e debêntures	IPCA	(498.326)	(530.418)	(538.441)	(546.464)	(522.395)	(514.372)
Total de passivos financeiros		(498.326)	(530.418)	(538.441)	(546.464)	(522.395)	(514.372)
Impacto no resultado	IPCA		(32.092)	(8.023)	(16.046)	8.023	16.046
Efeito líquido no resultado				(4.437)	(8.866)	4.437	8.875
Referência para ativos e passivos financeiros		Taxa projetada	Taxa projetada 31/12/2024	+25%	+50%	-25%	-50%
CDI (% 12 meses)		15,41%	10,88%	19,26%	23,12%	11,56%	7,71%
IPCA (%12 meses)		6,44%	4,87%	8,05%	9,66%	4,83%	3,22%

Fonte: B3.

Equatorial Transmissora 3 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

d) Risco de vencimento antecipado

A Companhia possui debêntures com *covenants* que, em geral, requerem a manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis. O descumprimento desses índices pode implicar em vencimento antecipado das dívidas. A Administração acompanha suas posições, bem como projeta seu endividamento futuro para atuar preventivamente aos limites de endividamento mencionados na nota explicativa nº 11 - Debêntures.

e) Risco da revisão e do reajuste das tarifas de fornecimento

Os processos de revisão e reajuste tarifários são garantidos por contrato e empregam metodologias previamente definidas. O valor da RAP será reajustado anualmente, no mês de julho de cada ano, nos termos da regulamentação vigente. A ANEEL procederá à revisão da RAP, durante o exercício da concessão, em intervalos periódicos de 5 (cinco) anos, contado do primeiro mês de julho subsequente à data da assinatura do Contrato de Concessão, observando-se os parâmetros regulatórios fixados no respectivo contrato e a regulamentação específica.

Havendo alteração unilateral das condições ora pactuadas, que afete o equilíbrio econômico-financeiro da Concessão, devidamente comprovado pela Transmissora, a ANEEL adotará as medidas necessárias ao seu restabelecimento, com efeitos a partir da data da alteração.

f) Riscos regulatórios e operacionais

Os riscos regulatórios e operacionais são aqueles inerentes à própria execução do negócio da Companhia e podem decorrer das decisões operacionais e de gestão da empresa ou de fatores externos.

Risco de interrupção do serviço: em caso de interrupção do serviço ou indisponibilidade do equipamento, as transmissoras estarão sujeitas à redução de suas receitas por meio da aplicação Parcela Variável (PV), prevista na REN nº 905/2020, que aprovou a redação do Módulo 4 – Prestação dos Serviços das Regras dos Serviços de Transmissão. O tipo de Parcela Variável aplicada depende do tipo de ocorrência de desligamento, do equipamento e duração da indisponibilidade ou atraso na entrada em operação dos serviços de Transmissão; as modalidades são: PVA, PVI ou PVRO, a depender das noções comentadas acima.

Risco de construção e desenvolvimento da infraestrutura: caso a transmissora expanda os seus negócios por meio da construção de novas instalações de transmissão poderá incorrer em riscos inerentes a atividade de construção, atrasos na execução da obra e potenciais danos ambientais que poderão resultar em custos não previstos e/ou penalidade.

Risco regulatório: caso as transmissoras não cumpram com as obrigações contidas nas cláusulas do contrato de concessão e nas Resoluções editadas pela ANEEL estará sujeita a aplicação de penalidades, dependendo do tipo de infração, e do regramento descumprido, conforme determinado pela REN nº 846/2019 que, a depender do cometimento da infração, a multa poderá alcançar até 2% do faturamento da Companhia.

g) Riscos ambientais

A Companhia baliza suas ações em sua Política de Sustentabilidade, que prevê, em suas Concessões, o atendimento aos requisitos legais ambientais nas 3 esferas de governo (Federal, Estaduais e Municipais), visando a preservação ambiental e o respeito à sociedade, em especial, às populações tradicionais.

Equatorial Transmissora 3 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

Para controle dos processos e atividades com impactos ambientais, utilizamos um Sistema de Gestão Ambiental balizado na ISO 14001, que vincula os processos e atividades a seus possíveis impactos, bem como o correlaciona à Legislação vigente. Para tais processos, temos procedimentos específicos, que visam o controle preventivo quanto aos impactos ambientais, que envolvem os colaboradores próprios e terceiros, bem como os demais *Stakeholders*.

O Controle do Sistema de Gestão Ambiental tem como principais macroprocessos:

- Licenciamento Ambiental;
- Gestão de Limpeza de Faixa, Podas e Supressão de Vegetação;
- Gestão de Resíduos;
- Educação e Conscientização Ambiental;
- Gestão de Requisitos Legais;
- Gestão de Recursos Hídricos; e
- Normatização e Controle do Sistema de Gestão Ambiental (SGA).

Dentro destes macroprocessos, a Companhia realiza a gestão de centenas de processos de licenças e autorizações ambientais para implantação, manutenção e operação de ativos e processos, em especial, no que se refere a implantação de Subestações e Linhas de Transmissão. Bem como trabalham com os órgãos ambientais competentes na obtenção de autorizações de poda, limpeza de faixa e supressão de vegetação, atendendo a legislação e evitando riscos ao sistema elétrico.

No SGA, a Companhia tem a etapa de Integração Ambiental para implantação de obras. Este processo consiste em alinhamento com os fornecedores/executores de obras, quanto ao licenciamento e autorizações recebidas dos órgãos ambientais. Nas reuniões de Integração Ambiental são repassados aos gestores e executores das obras todo processo que foi ambientalmente licenciado, bem como as obrigações legais relacionadas ao cumprimento das condicionantes e da legislação vigente, visando assim minimizar os riscos ambientais associados a implantação das obras.

Adicionalmente, visando reduzir impactos ambientais, a Companhia utiliza em suas áreas de concessão cabos protegidos ou compactos que minimizam as ações e intensidades de podas, em especial, em áreas urbanas com alta densidade árvores de grande porte.

h) Gestão do capital

A política da Administração da Companhia é manter uma base sólida de capital para manter a confiança do investidor, dos credores e do mercado e o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora o retorno de capital e também o nível de dividendos para os acionistas.

A Administração procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis adequados de alavancagem e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável, estabelecendo e acompanhando as diretrizes dos níveis de endividamento e liquidez, assim como as condições de custo e prazo dos financiamentos contratados.

A Companhia entende que estruturaram as fontes de financiamento necessárias para a implantação do projeto, dentre elas o capital próprio e as linhas de financiamento de longo prazo e debêntures.

Equatorial Transmissora 3 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

20 Demonstração dos fluxos de caixa

20.1 Transações que não afetam caixa

O CPC 03 (R2) – Demonstrações de Fluxo de Caixa, em sua revisão, trouxe que as transações que não envolvem o uso de caixa ou equivalente de caixa devem ser excluídas das demonstrações de fluxo de caixa e apresentadas separadamente em nota explicativa.

Todas as demonstrações que não envolveram o uso de caixa ou equivalente de caixa, ou seja, que não estão demonstradas nas demonstrações de fluxo de caixa, estão demonstradas na tabela abaixo:

Atividades de financiamento	Efeito não caixa
Realização de reserva para pagamento de dividendos	6.228
Dividendos mínimos obrigatórios	988
Total	7.216

20.2 Mudanças nos passivos de atividades de financiamento

	2023	Fluxos de caixa	Pagamento de juros (*)	Outros (**)	2024
Empréstimos e financiamentos	408.432	(19.515)	(26.152)	25.878	388.643
Debêntures	111.205	(12.240)	(5.124)	10.573	104.414
Dividendos	7.115	(46.221)	-	46.322	7.216
Total	526.752	(77.976)	(31.276)	82.773	500.273

(*) A Companhia classifica juros pagos como fluxos de caixa das atividades operacionais.

(**) As movimentações incluídas na coluna de “Outros” incluem os efeitos das apropriações de encargos de dívidas, juros e variações monetárias líquidas, capitalização de juros e dividendos a pagar ainda não pagos no fim do exercício.

21 Eventos subsequentes

Aumento de capital social

Em 26 de março de 2025, conforme ata de Reunião do Conselho de Administração, houve a aprovação do aumento de capital no valor de R\$ 22.943, mediante a integralização da Reserva Legal, sem emissão de novas ações, com a consequente alteração do Art. 5º do Estatuto Social da Companhia, a ser submetida à apreciação da Assembleia Geral da Companhia.

Distribuição de dividendos adicionais

Em 26 de março de 2025, conforme ata de Reunião da Administração, houve a aprovação da proposta de distribuição de dividendos adicionais de R\$ 68.138, decorrentes do resultado do exercício.

Diretoria Executiva

Joseph Zwecker Junior
Diretor Presidente

Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima
Diretor

Cristiano de Lima Logrado
Diretor

Bruno Pinheiro Macedo Couto
Superintendente de Ativos e Contabilidade
Contador
CRC MA 011842/O-3 S-DF